



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA
NO CEMEI ELOIM LOPES DE SOUZA**

MARIA ELANE MURTA LUZ

BELO HORIZONTE

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA
NO CEMEI ELOIM LOPES DE SOUZA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Marielle Morais de Oliveira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA ELANE MURTA LUZ

OS CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CEMEI ELOIM LOPES DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em janeiro de dois mil e dezesseis, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof^a. Marielle Morais de Oliveira – Orientadora

Prof^a. Maria Elane Murta Luz - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Adrielle, Daniel e Ana Maria que me incentivaram e apoiaram, me mostrando que a realização desse sonho seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao bom Deus pela força que sempre me dá, para superar tantos problemas e que proporcionou chegar até aqui.

Agradeço a supervisora Daniela Maria Gonçalves Fonseca e Geanne Barros Lima, sem elas não seria possível a realização desse sonho.

Agradeço a amiga Arlinda Paulino pela constante persistência em me ajudar, não me deixando desistir e o meu carinho especial a Marielle Morais de Oliveira que me ajudou e orientou na reta final desse trabalho. A todos o meu muito obrigada!

“Enfim, a gestão é concebida como um conjunto de intervenções, mudanças e processos com certo grau de intencionalidade e sistematização, com vistas a modificar políticas, atitudes, ideias, culturas, conteúdos e modelos organizacionais”.

Marília Fonseca
Mirza Seabra Toschi
João Ferreira de Oliveira
Organizadores

RESUMO

No presente trabalho realizou-se um estudo sobre "Os Conselhos Escolares e a Gestão Democrática no CEMEI Eloim lopes de Souza".O objetivo geral deste trabalho foi analisar a democratização da gestão nas escolas. Os objetivos específicos foram: descrever a democratização da gestão no CEMEI Eloim Lopes de Souza; descrever os conselhos escolares e o seu papel na consolidação da gestão democrática; e a atuação do conselho escolar para a promoção da gestão democrática do CEMEI Eloim Lopes de Souza. Na instituição nota-se a pouca participação dos pais, mesmo quando os horários das reuniões são mudados de acordo com as reivindicações, ainda assim é um grande desafio a ser vencido, pois, a Gestão Democrática tem como característica principal romper com os modelos tradicionais de administração escolares ainda existentes. Ao final desse trabalho, foi possível concluir que como forma de fortalecer o conselho escolar do CEMEI Eloim Lopes de Souza, recomenda-se, que os componentes do mesmo sejam capacitados por meio de formação de conselheiros escolares, palestras e encontros para discussão das dificuldades localizadas e exposição de propostas para afiançar a ampliação da participação eficaz dos seus integrantes. A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica e análise documental.

Palavras-Chave: Conselho Escolar, Educação Infantil, Democracia, Participação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	10
2.1 Os conselhos escolares e o seu papel na consolidação da gestão democrática	12
2.2 A atuação do conselho escolar no CEMEI e a promoção da gestão democrática.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	20
ANEXO	23

1. INTRODUÇÃO

A preparação do Projeto Político Pedagógico (PPP) combinou a reflexão acerca dos conselhos escolares e sua contribuição para o processo de gestão democrática escolar. Este trabalho proporcionou um estudo sobre a legislação pertinente ao caso, além da análise da situação do conselho escolar no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Eloim Lopes de Souza.

O CEMEI Eloim Lopes de Souza fica localizado na cidade de Montes Claros – MG, situado na Rua Santo Hipólito, nº 16, no bairro Village do Lago I. Atendemos hoje 317 crianças frequentes com idade de 3 a 5 anos distribuídos por faixa etária em turmas de maternal II, 1º período e 2º período, com total de 14 turmas, sendo 07 turmas no turno matutino e 07 turmas no turno vespertino.

A organização do PPP com a efetiva participação da comunidade escolar é um formato de autonomia conferida à escola. O PPP da escola é elaborado de dois em dois anos, no mínimo, adaptando-o as alterações sucedidas no período, já que a escola está inserida num ambiente de rápidas transformações e múltiplas mutações sociais.

A proposta pedagógica deverá apresentar elementos, componentes estruturais e conceituais abalizados, que servirão de parâmetros para o trabalho pedagógico da escola.

O PPP demanda mudança de postura, em que a comunidade escolar adota a posição de gestora da escola. Assim, focalizar a participação coletiva, extinguir o individualismo e originar solidariedade fazem parte do processo.

Nesse sentido, o CEMEI Eloim Lopes de Souza tem buscado democratizar a metodologia de gestão, por meio da participação da família na escola, principalmente nos conselhos escolares.

A instituição procura acolher às necessidades da comunidade escolar, aliando-as às exigências dos órgãos educacionais reguladores. É realizada uma intervenção entre a necessidade e a possibilidade, debatida entre os interessados para que seja produzida uma proposta unida.

O objetivo geral deste estudo é analisar a democratização da gestão nas escolas.

Os objetivos específicos são: descrever como acontece a democratização da gestão no CEMEI Eloim Lopes de Souza; descrever os conselhos escolares e o seu papel na consolidação da gestão democrática; e a atuação do conselho escolar para a promoção da gestão democrática nesta instituição.

A comunidade escolar participa das reuniões para a elaboração do PPP, entretanto, essa participação não é efetiva, havendo pouca contribuição por parte dos representantes da comunidade. Verifica-se também certo constrangimento desses membros, uma vez que eles não foram capacitados para esse procedimento.

A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica e análise documental.

2. A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Conforme afirmativa de (AGUIAR, 2008, p. 128) a luta pela descentralização da administração educacional no Brasil e pela democratização do ensino no país através da participação da comunidade escolar se confundiu ao menos no princípio, com o procedimento de redemocratização do país e com a censura ao Estado autoritário e seu padrão de gestão das políticas sociais.

Segundo AZEVEDO (2010, p. 14) “de meados da década de 1980 até o começo do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) o Governo Federal não se empenhou na promoção de formas descentralizadas de repasse de recursos, na gestão estadual e municipal nas imputações para as unidades federadas”. Dessa forma a introdução de formas inovadoras de gestão dependeu inicialmente, dos governos estaduais e municipais, alterando muito a natureza, ritmo e amplitude.

Na circunstância das lutas pelo avanço dos espaços de participação política, os setores organizados da população brasileira, sobretudo os educadores, vêm exercendo papel importante para a democratização das políticas públicas de educação.

Determinados processos nominados de participação, segundo LIBÂNEO (1995; p. 36) “não afiançam o compartilhamento do poder e das decisões, como mecanismo legitimador de decisões já adotadas de forma centralizadora”.

Assim, para que a participação seja realidade nas escolas, são necessários meios e condições apropriados para repensar a cultura escolar e os processos, que por comum são autoritários, de distribuição do poder no seu interior. Dentre as propostas democráticas e de apoio nas decisões, destacam-se a relevância de se afiançar infraestrutura adequada, quadro de pessoal e apoio estudantil.

É importante o conhecimento sobre a forma de construção coletiva do trabalho. Assim, é essencial observar que o saber e a ciência não devem ser decretados ou impostos.

O desenvolvimento pode ser observado quando o indivíduo entende a necessidade de ampliar seus conhecimentos e desenvolver habilidades e dessa forma, busca, investe e cresce. O que não ocorre quando a pessoa é conduzida

coercitivamente à participação em uma proposta ou programa. Quando ocorre essa situação, não existe uma construção coletiva e participativa, mas uma sugestão de poucos, que acaba sendo assinada por outros para sua formalização.

Segundo LIBÂNEO (2001, p. 47) “a gestão democrática sugere a realização de novos processos de organização e gestão abalizados em uma dinâmica que cultive os processos coletivos e participativos de decisão”.

Para CATANI; GUTIERREZ, (2003, p. 49), “a melhor demonstração de democracia é a cidadania, pois esta é uma capacidade dos indivíduos, ou do conjunto deles, de se apropriarem dos bens coletivos, instituídos historicamente pelo conjunto da sociedade”.

E, sendo a escola pública um bem coletivo, entende-se que a comunidade deva participar das decisões tomadas pela instituição. E a melhor forma de participação é por meio dos conselhos escolares, principalmente por ter na sua composição uma representatividade ampla.

A organização da gestão educacional democrática está amparada na Constituição Federal/1988 no artigo 206, nos incisos VI e VII: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade”.

Além disso, a LDB/96 em seu artigo 3º, inciso VIII, estabelece sobre o assunto da gestão democrática do ensino público como um dos princípios e fins da educação nacional. A LDB nº 9493/1996 admite os preceitos constitucionais indicando, entre outros aspectos, os princípios, a organização do sistema de ensino nacional, as formas de financiamento e as competências dos entes federados. A gestão democrática no artigo 14:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A determinação de confiar aos profissionais da educação e à comunidade escolar e local, a elaboração do projeto pedagógico da escola, por meio de

conselhos escolares, expandiu, de fato, a democratização da escola, pois quem vivencia a realidade escolar está mais apto a recomendar e planejar, segundo as necessidades exigidas nas situações indicadas.

AGUIAR (2008, p, 130) afirma que no ano de 2004, “foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC)”. Esse programa busca ampliar os conhecimentos acerca da atuação nos conselhos escolares, visando qualificar a performance de seus integrantes, além de colaborar para a gestão financeira, administrativa e pedagógica da escola.

A gestão democrática nas escolas públicas é matéria do Plano Nacional de Educação (PNE), acatado em 2014, que estabelece, como uma de suas metas, a composição de conselhos escolares nos estabelecimentos oficiais de educação infantil.

O que é muito positivo, porquanto a opinião da comunidade escolar é que pode verdadeiramente sugerir os caminhos para uma escola que atenda a todos, recomendando também a diversidade e um olhar diferenciado acerca de questões distintas, que os gestores talvez não visualizem ou não conhecem.

Essas leis e ações compõem o embasamento para a organização e gestão do sistema educacional brasileiro, orientando as ações, programas e políticas que visam garantir o acesso, a gestão democrática, a permanência com qualidade e o financiamento da educação, em seus caracterizados níveis e modalidades.

2.1 Os conselhos escolares e o seu papel na consolidação da gestão democrática

Segundo FERREIRA; AGUIAR (2001, p. 52) “a maneira melhor de atuar com uma gestão compartilhada é agir democraticamente”. É proibido atribuir autoridade especial para quaisquer dos membros nos conselhos escolares, todos tem igual compromisso de agir com seriedade, ética, pensando no bem estar geral.

No CEMEI Eloim Lopes de Souza esse preceito é respeitado, sendo que cada um tem o mesmo direito que o outro, afiançando os princípios democráticos.

Conforme afirma GADOTTI (2000, p. 148) “é dever dos conselheiros escolares agir nas atividades de definição e fiscalização da aplicação dos recursos reservados à escola, e na preparação, implementação e avaliação do PPP”. Caso os conselheiros escolares verifiquem a inexistência de um PPP na escola, deverão enviar empenhos na preparação do mesmo.

A autonomia da instituição escolar possibilita a constituição coletiva do PPP, a partir de demandas reais apontadas por professores, funcionários, alunos, pais, diretores e membros da comunidade. Assim, a escola arquiteta a autonomia, que representa uma forma de garantia para obter seus objetivos e afrontar os desafios postos pela sociedade.

Nesta visão, o CEMEI Eloim Lopes de Souza vem pautando suas decisões contando sempre com a comunidade escolar.

De acordo com DELORS (1998, p. 40) “é dever dos conselhos escolares se manifestar diante das alterações didáticas, metodológicas e administrativas da escola, participar da elaboração do calendário escolar e do plano administrativo anual, atribuindo autonomia para os membros da escola”.

No CEMEI os conselheiros comparecem às atividades com certa frequência, até mesmo na elaboração do PPP da escola, colaborando com a preparação do calendário escolar e o plano administrativo anual.

Para GADOTTI, (2000, p. 151) “a educação como experimento comum de todos, tem a função de apresentar o modo de vida democrático, pois esse modo de vida também se aprende por meio da experiência”. É importante valorizar a cultura e os saberes populares, porquanto essa prática reforça o sentimento de pertença dos indivíduos e faz com que as pessoas entendam a escola como a extensão de suas vidas. Esse procedimento também avigora o aprendizado mútuo, que é muito importante.

Os Conselhos Escolares poderão exercer uma especial função no processo de gestão, trazendo ao seu espaço a possibilidade para a discussão, análise do seu desempenho como aliados na gestão democrática, além da proposição de ações características à melhoria da escola pública. Pois, sabe-se que eles são instrumentos respeitáveis para pensar e discutir vulnerabilidades, dificuldades e potencialidades. Não se reduz à prática pedagógica, mas envolve todo o contexto

educacional, redimensionando ações, procurando melhorias para a metodologia de gestão.

A criação de Conselhos Escolares com ampla participação dos vários segmentos que compõem a comunidade escolar e local (associação de moradores, agremiações culturais e esportivas, sindicatos, etc.), que tenham a responsabilidade de pensar, discutir e seguir o PPP da escola pode significar um fator muito mais importante para o processo de democratização, não só da educação, mas ainda da sociedade brasileira, pois permite criar possibilidades para a “aprendizagem de mão dupla: a escola ampliando sua função pedagógica para a coletividade e a sociedade influenciando os destinos da escola” (GADOTTI, 1997, p. 52).

Desde a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ficou afiançado aos pais ou responsáveis, não apenas o direito a ter conhecimento do processo pedagógico, mas igualmente, o direito de participar do estabelecimento das propostas educacionais, conforme estabelece o artigo 53, parágrafo único e os Conselhos Escolares podem se constituir como espaços distintos para consolidação de tais direitos.

2.2 A atuação do conselho escolar no CEMEI e a promoção da gestão democrática

No CEMEI Eloim Lopes de Souza, um dos problemas enfrentados para a concretização da participação da família na escola e no conselho escolar é a pouca escolarização dos pais que fazem parte do conselho, evitando uma maior participação qualitativa dos mesmos.

As pessoas com escolaridade mais baixa aderem sempre com a maior parte das propostas exibidas, sem questioná-las, especialmente por medo de errar ou por ausência de condição de oferecer uma proposta que possa realmente contribuir com o progresso da gestão democrática por meio do conselho escolar.

Como formas de solução para esse problema poderiam ser agendadas capacitações, encontros, reuniões, palestras, como forma de promover a capacitação e a participação da comunidade na gestão democrática, pois essas

pessoas se sentiriam mais seguras e confiantes para emitir uma opinião ou sugestão.

Segundo DELORS (1998, p.57) é função na educação infantil originar o desenvolvimento completo da criança; para isso é necessário apreciar os conhecimentos que ela já tem, proporcionando-a vivenciar seu mundo, procurando, respeitando e reconstruindo.

O PPP do CEMEI Eloim Lopes de Souza avaliou que as crianças são o cerne do processo pedagógico, e, nesse sentido, elas necessitam desenvolver suas aptidões num ambiente que seja adequado ao acolhimento e que lhes propicie segurança, confiança, educação de qualidade e consideração as suas diferenças.

Nos dias atuais, a sociedade vem cada vez mais descobrindo seu papel e, em decorrência disso, está descobrindo igualmente a sua força. Não há mais espaços para uma gestão centralizadora ou para o autoritarismo. Assim, o modelo decisório nos estabelecimentos aponta cada vez mais para a gestão democrática.

Nesta instituição busca qualificar os processos de ensino e gestão, com a participação da família na escola e nos conselhos escolares. E em decorrência, oferecer às crianças uma educação de qualidade, marcada pela ética, respeito e solidariedade. Para a instituição, a criança é um ser reflexivo e ativo, deve ser capaz de atuar com autonomia e segurança na sociedade.

Não é possível implantar a gestão democrática conservando a escola fechada à comunidade. Através do compartilhamento e da troca de experiências, a escola, sociedade, a família poderão constituir parcerias capazes de buscar uma educação de qualidade e inclusiva, visando o enfrentamento dos problemas. Para uma gestão escolar de qualidade, a participação dos conselhos escolares é essencial, pois partindo desse ponto, as políticas públicas são decididas e direcionadas.

Na instituição, o conselho de classe é responsável por avaliar, pensar, articular e intervir no processo de trabalho pedagógico.

O colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar e no CEMEI Eloim Lopes de Souza, além do diretor, conta com 10 membros, sendo: 4 pais; 2 professores; 2 serviçal; 1 secretária e 1 especialista. A presidência do colegiado é exercida pelo diretor. Os membros eleitos têm mandato de um ano, que é um

período letivo. Os alunos que são representantes do segmento de alunos no colegiado deverão ter idade mínima de 16 anos.

No CEMEI, os alunos são menores, portanto, são representados pelos pais. Os membros do colegiado são eleitos anualmente no primeiro bimestre em assembleia geral. As reuniões ocorrerem por bimestre ou quando a comunidade escolar julgar necessário.

As reuniões do Conselho de Classe estão agendadas no Calendário Escolar e ocorrem ao final de cada etapa, ou seja, três vezes durante o ano letivo. Participam: professores, direção e especialistas de educação. Nas reuniões são obtidos dados sobre os avanços e problemas de aprendizagem dos estudantes.

Os dados colhidos e as sugestões são registrados pela supervisão e professores. São definidos os objetivos e metodologias, objetivando à recuperação dos alunos que exibem baixo nível de aprendizagem.

Ainda visa o repasse de conceitos e informações, medindo o desenvolvimento das crianças; cômputo da conjuntura das turmas; preparação de propostas para o desenvolvimento das crianças; avaliação da prática docente, motivação e produção de condições de repasse da informação, metodologias, proposta curricular e atividades pedagógicas.

As propostas básicas do Conselho Escolar do CEMEI Eloim Lopes de Souza são: ampliar a participação dos componentes dos conselhos, aperfeiçoando ainda a qualidade da participação dos mesmos nas reuniões, através de capacitações, que atualmente têm sido apresentadas por órgãos públicos, além de buscar apoio e mais autonomia para o conselho com a participação de profissionais da SME.

Não obstante os pais não tenham ainda participado dessas capacitações, a equipe da SME presta extraordinária cooperação, no início do ano letivo quando participam das reuniões do conselho. Ali exibem as propostas da instituição para o ano letivo e seus objetivos principais, ratificando a necessidade do desenvolvimento de um trabalho conjunto.

Os componentes do conselho escolar do CEMEI Eloim Lopes de Souza não participam ativamente das atividades. Verifica-se uma boa assiduidade dos mesmos. Apesar disso, os pais, na maioria das vezes não expõem propostas, ficam na atitude de concordância daquilo que é exposto.

Nas suas participações, quase sempre aguardam um direcionamento acerca do que deve ser feito. Com o apontamento da direção a ser seguida, verifica-se uma maior participação dos conselheiros, que se colocam à disposição para ajudar nas atividades escolares.

Ao iniciar cada ano letivo, ocorrem reuniões com o conselho escolar para que seus componentes possam perceber os objetivos, as funções, os procedimentos, finalmente, o funcionamento deste. Além disso, perceberem a função de cada um, a dinâmica de concretização das assembleias, os valores em dinheiro, prestação de contas e os deveres e direitos dos conselheiros escolares. Além da SME e comunidade escolar, participam das reuniões, os técnicos e analistas educacionais.

Os funcionários da escola também são avaliados pelo conselho escolar. Elas ocorrem 2 vezes ao ano. São avaliadas as responsabilidades e a atuação nas atividades e tarefas conferidas a cada um. Este processo compreende indistintamente todos os funcionários da unidade. Além das avaliações semestrais, depois de cada atividade, o conselho escolar ainda realiza uma avaliação, visando aprimorar os procedimentos e melhorar os efeitos das ações.

Durante as reuniões, é feita a avaliação da participação, compromisso e participação dos pais na escola e no monitoramento do desenvolvimento dos estudantes. Na educação infantil, o trabalho pedagógico não pode permanecer limitado exclusivamente à sala de aula.

É necessário que ele alcance o espaço externo escolar, com a realização de atividades que fazem parte do habitual da criança, como a uso do pátio para atividades livres, como jogos e brincadeiras, o jardim, cuidado com as plantas, com os animais, o refeitório e outros.

Os conselhos escolares são respeitáveis instrumentos no processo de democratização da escola, pois são os responsáveis pelo encadeamento de ações para melhoria da mesma.

A comunidade escolar participa das reuniões para a elaboração do PPP, contudo, a participação desses não é efetiva, havendo pouca contribuição por parte dos representantes da comunidade. Verifica-se ainda constrangimento desses membros, uma vez que eles não foram capacitados para esse procedimento. Eles têm medo de errar, apesar da vontade de participar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que o trabalho no CEMEI Eloim Lopes de Souza aconteça de forma coletiva no âmbito do espaço escolar, buscando sempre de forma democrática o envolvimento de todos, sejam os funcionários, a família ou a comunidade. É necessário ouvir, refletir e buscar soluções para acabar com os problemas e dificuldades existentes.

Os diversos problemas na instituição, como a falta do envolvimento dos segmentos internos e também da comunidade escolar, de forma mais efetiva no desenvolvimento integral, social e cognitivo da criança, estão sendo pensados e repensados de forma a sanar e superar estes desafios.

Na tomada de decisões de uma gestão democrática nem sempre é possível ter autonomia para resolução dos problemas que na, maioria das vezes, só dependem do poder público. Porém, algumas ações de forma a garantir os princípios que norteiam a Educação Infantil, estão sendo considerados de forma democrática, como a participação de todos, visando garantir os direitos de nossas crianças na sua integridade física, social e cognitiva.

Observou no CEMEI, uma participação pequena dos pais de alunos a qual é sempre melhor que participação nenhuma, mas esperar da comunidade uma interação constante e maciça chega a ser utópico.

A participação da família na escola e especialmente nos conselhos escolares é fundamental para consolidar o processo decisório escolar. Busca-se proporcionar às crianças uma educação de qualidade, regulada pelo respeito, ética e solidariedade, uma vez que o indivíduo é visto como um ser reflexivo e ativo, capaz de atuar com autonomia na sociedade.

Para isso, a participação direta de toda a comunidade escolar é imprescindível, colaborando com a apresentação de propostas, sugestões, reclamações.

Considerando o CEMEI Eloim Lopes de Souza verificou-se que a equipe é empenhada com o conselho escolar. Foi possível analisar a democratização da gestão nesta instituição, descrever como acontece a democratização da gestão no

CEMEI Eloim Lopes de Souza; descrever os conselhos escolares e o seu papel na consolidação da gestão democrática; e a atuação do conselho escolar para a promoção da gestão democrática nesta instituição.

Contudo, a qualidade dessa participação poderia ser aprimorada. Na maior parte dos casos, existe uma participação com anseio que a escola cresça. Apesar disso, verifica-se um empecilho no progresso das discussões atinentes às propostas apresentadas.

Esse fato se deve muito à ausência de preparo dos membros do conselho escolar representantes da comunidade. Pode ser que esse fato ocorra devido à falta de capacitação para desempenhar suas funções na área educacional.

Como forma de fortalecer o conselho escolar do CEMEI Eloim Lopes de Souza recomenda-se, que os componentes do mesmo sejam capacitados por meio de formação de conselheiros escolares, palestras e encontros para discussão das dificuldades localizadas e exposição de propostas para afiançar a ampliação da participação eficaz dos seus integrantes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Educar, n. 31, p. 129-144, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09>>. Acesso em 14. Dez. 2015. p. 128, 130.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Nova Escola, Gestão Escolar dos anos 2009, 2010, 2011. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais1.pdf>. Acesso em: 14. Dez. 2015.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jun. 1990. Seção 1, p. 135,63.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/1996, página 27833, Disponível em < www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 08. Dez. 2015.

CATANI, Afrânio Mendes; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades**. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 49.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 40, 57.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Marcia Ângela da Silva (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 52

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Tolerância. São Paulo: Editora Unesp, 2004.p.9, Na citação do texto é o ano de 1987. p. 67.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1 ed. São Paulo: Publisher, 2000. p.11. Disponível em: <http://www.paulofreire.org>, acesso em 01 de Dez. 2015.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 52

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p. 148, 151.

GROSBAUM, Marta Wolak, DAVIS, Cláudia Leme Ferreira, MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros (coord.). **Progestão**: como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola? Módulo IV. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001. p. 24.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 13 ed. São Paulo: Loyola, 1995. p. 36

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 47.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000. p 7.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo, Cortez, 2008. p.12.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. CEMEI Professora Heloisa Sarmiento. Montes Claros/ MG.2015, p.19.

SEVERINO, A. J. **O projeto político-pedagógico: a saída para a escola**. In: Para onde vai à escola? Revista de Educação da AEC, Brasília, DF (107), abril/jun.1998, p. 89.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat,1995, p 143.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995, p.12.

ANEXO



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

ARLINDA PAULINO MARTINS LOPES

CLÁUDIA COSTA

DANILO SILVA CORDEIRO

MARIA ELANE MURTA LUZ

**BELO HORIZONTE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CEMEI
PROFESSORA HELOÍSA SARMENTO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lucilene S. Tolentino Moura do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	6
2.2 Estrutura Física	14
2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica	15
3. CURRÍCULO	19
3.1 Organização Curricular e Atividades Pedagógicas	23
3.2 Organização dos Eixos de Trabalho – Áreas Temáticas	24
3.2.1 Linguagem Oral e Escrita.....	24
3.2.2 Matemática	25
3.2.3 Artes Visuais	25
3.2.4 Movimento	26
3.2.5 Natureza e Sociedade.....	26
3.2.6 Música.....	27
3.3 Metodologia Utilizada na Educação Infantil.....	28
3.4 Organização dos Tempos: Rotina	29
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	31
5. PROCESSOS DE DECISÃO	34
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	37
6.1 Formação Continuada em Serviço	38
7. AVALIAÇÃO	39
7.1 Avaliação do Ensino-Aprendizagem	40
7.2 Avaliação Instituição/ Profissional	43
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº: 9.394/96 no inciso I, do Artigo 12 estabelece que, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica: o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Nesse sentido, entendemos que o PPP constitui-se de um documento importante a ser elaborado como resultado do diálogo dos diferentes segmentos da comunidade escolar com o propósito de organizar o trabalho administrativo e pedagógico. Este documento consta de uma proposta flexível que implica em planejar e executar as atividades no âmbito da instituição, avaliando todo o processo e retomando quando se fizer necessário.

Conforme Gadotti (2000), não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Entendemos que o Projeto Político Pedagógico é o estudo da realidade escolar e, sobretudo um caminho aberto para ser conduzidos por todos. Enfim, o PPP apresenta como princípios centrais a gestão democrática, pautado na autonomia e participação.

O Centro de Convivência Professora Heloisa Veloso dos Anjos Sarmento foi inaugurado em dezembro de 2009 e iniciou suas atividades em 2010. Está localizado na região central de Montes Claros. Construído pelo Serviço Social do Comércio (SESC-MG), teve como parceiro até dezembro de 2012 a Associação de Promoção e Ação Social (APAS), entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que desenvolve diversos projetos sociais, e atualmente conta com a parceria do SESC e da Prefeitura Municipal de Montes Claros / Secretaria Municipal de Educação.

A instituição atende a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, creche e pré-escola, com crianças na faixa etária de 02 aos 05 anos de idade, perfazendo atualmente um total de 315 alunos, sendo 15 (quinze) crianças. O quadro de funcionários é composto por 01 diretor, 02 supervisores, 02 auxiliares de secretaria, 16 professores, 02 professores - apoio pedagógico, 02 professores eventuais, 02 monitores de informática, 02 professores de artes, 02 estagiários de Educação Física, 13 auxiliares docência, 02 cantineiras, 06 serventes de Zeladoria, 01 vigia diurno e 02 vigias noturno.

A instituição está localizada à Rua Coronel Spyer, s/n, Centro, Montes Claros /Minas Gerais CEP: 39.400.111, telefone:(38) 3213-5012, email: c.heloisasarmiento@yahoo.com.br, sendo que o prédio pertence ao SESC, contendo 08 salas de aula, 1 brinquedoteca, 1 cantina com depósito de merenda, 1 refeitório, 1 sala de direção, 1 sala de professores, 01 núcleo de estudos e planejamento pedagógico, 01 almoxarifado, 02 banheiros infantil feminino e masculino, 02 banheiros para funcionários, 01 laboratório de Biologia, 01 laboratório de informática, 01 sala de artes e pátio. Além desses espaços, o SESC disponibiliza quadras e piscinas para as aulas de educação física.

A partir de 2011, embasado pela lei Nº 4.413, esta Unidade de Educação Infantil passa a ser responsabilidade do Sistema Municipal de Educação, tornando-se CEMEI Profa. Heloísa Sarmiento.

As famílias das crianças são, em sua maioria, participativas em relação à vida escolar dos seus filhos, acompanhando de perto o processo de ensino-aprendizagem. Isso reflete no acompanhamento das tarefas e das atividades que requerem suas participações no ambiente escolar como: reuniões de pais, conversas individuais e eventos culturais, que geram muita expectativa, vibração e entusiasmo.

O presente documento constitui o registro da realidade do CEMEI Professora Heloísa Sarmiento, onde estão materializados os desejos, as crenças e valores, sonhos e concepções de toda comunidade escolar. Nele podemos constatar e vislumbrar as formas de organização de todo o trabalho da instituição escolar e a história diariamente construída, deixando entrever o compromisso da comunidade escolar em geral com a etapa inicial da formação do ser humano, cujo pressuposto básico está fundamentado na concepção de criança pequena como “sujeito” da educação. Dessa forma, o CEMEI baseia-se em três princípios básicos, que são ao mesmo tempo complementares e indissociáveis: o cuidar, o educar e o brincar, como nos afirma o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998).

O processo de construção deste documento contou com a participação da direção, supervisão, professores, representantes dos pais de alunos e da comunidade, e é resultado de uma experiência coletiva na qual construímos

caminhos para colocar em prática nossos paradigmas educacionais em sintonia com a filosofia defendida pela instituição. Constitui-se de um referencial teórico de apoio que revela a função social da escola, a partir de sua linha pedagógica e filosófica de trabalho, e de uma análise da realidade escolar com estabelecimento de prioridades definidas pelo corpo docente e o setor administrativo que orientará as mudanças que julgamos necessárias.

Pretendemos com este documento estabelecer as diretrizes para a prática pedagógica de uma forma legítima e comprometida com o caráter social da educação através de um processo contínuo ação-reflexão-ação, o que é corroborado por Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579).

Nesse sentido, a base para a construção deste documento é fruto da comunhão de ideias e aspirações da comunidade de garantir o direito fundamental de educação de qualidade que vise formar cidadãos autônomos e conscientes da importância do seu papel na sociedade.

A metodologia de trabalho é fundamentada de forma clara e objetiva com o propósito de desenvolver um trabalho voltado para o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físico, psicológico, afetivo e social. O mesmo se baseia na busca e na construção de uma educação plena, com o envolvimento de educadores, pais, alunos e funcionários, pois temos em nossas mãos cidadãos em formação e transformação, cabendo-nos garantir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças, através do acesso a uma educação sistematizada.

1 FINALIDADES DA ESCOLA

A instituição prima em oferecer uma educação de qualidade, por meio de profissionais qualificados visando garantir a satisfação e a expectativa da comunidade atendida. Os esforços são direcionados para formar cidadãos autônomos e conscientes de seu papel social, capazes de contribuir de maneira significativa com o seu bem estar e do outro.

Vivemos numa sociedade marcada pelas desigualdades e injustiças sociais. A leitura deste contexto revela a importância da construção de cidadãos com condições de agir sobre seu meio social de modo a modificá-lo positivamente, e assim serem beneficiados pelos resultados dessas mudanças.

Por esse motivo, defendemos a construção de uma sociedade inclusiva, que considere a diversidade em geral como ponto positivo para nossa ação reforçando o respeito pelas culturas. Desta forma, entendemos que a instituição se constitui em um espaço privilegiado de integração das diversidades culturais, étnicas, de gênero e sexual que deve ser organizado para que as relações de ensino aprendizagem ocorram de forma significativa, possibilitando a construção de novos saberes e relações.

Ao exercer seus direitos e cumprir seus deveres o ser humano se constrói enquanto cidadão e assim aos poucos constrói a sua identidade enquanto pessoa e ser social, na medida em que desenvolve suas relações com o outro e promove descobertas, construindo, portanto a realidade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Administrar é o processo de planejar, realizar e alcançar metas através das ações. A principal razão para o estudo da administração é o seu impacto sobre

o desempenho das organizações. É a forma como são administradas que torna as organizações mais ou menos capazes de utilizar corretamente seus recursos para atingir os objetivos corretos. (MAXIMIANO, 2000, p. 26).

As diretrizes legais apontam:

a) **Educação Básica:** De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – Art. 21, a educação básica é aquela formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

b) **Educação Infantil:** Nos termos do Artigo 30 da LDB 9394/96, a educação infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escola às crianças de quatro e cinco anos de idade.

No que diz respeito a referente LDB, é imprescindível ressaltar que além da garantia do direito da criança a educação, ela traz definições quanto a inserção da etapa escolar como a primeira da Educação básica, a incumbência dos municípios de oferecerem esse atendimento, aos objetivos, à organização, às formas de avaliação e aos profissionais que nela atuarão.

O atendimento do CEMEI no ano de 2014 conta com 315 alunos, com 143 alunos no turno matutino e 142 no turno vespertino, sendo 15 crianças em horário integral. O quadro de funcionários é composto por 01 diretor, 02 supervisores pedagógicos, 16 professores, 02 apoios pedagógicos, 02 professores eventuais, 01 professor em readaptação funcional, 12 auxiliares de docência, 02 auxiliares de secretaria, 02 monitores de informática, 06 serventes de zeladoria, 03 cantineiras, 03 vigias.

A equipe gestora é responsável pela administração, coordenação dos recursos e das ações curriculares propostas nos projetos político-pedagógicos.

O supervisor pedagógico é responsável pela coordenação, articulação e acompanhamento dos projetos e práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade educacional, em consonância com as diretrizes educacionais da Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Educação Infantil.

Os docentes tem o papel de planejar, executar e avaliar as habilidade e competências adquiridas pelas crianças, respeitando e sistematizando os conhecimentos que os pequenos adquiriram até então.

A Equipe de Apoio à Educação, auxiliar de docência, apoio pedagógico, professor eventual, monitores de informática, auxiliares de secretaria, segmento de cantineira, servente de Zeladoria e vigias, constituem no suporte necessário ao processo de ensino e devem ter como princípio o caráter educacional de suas ações.

Atribuições do Diretor Escolar

Tendo como base todos os aspectos que envolvem a função do Diretor Escolar nos dias atuais, o município de Montes Claros, em sua Lei nº 3.176 de 23 de Dezembro de 2003, em seu artigo 109 define como atribuições do Diretor:

Art. 109 - São atribuições específicas do Diretor:

- I - planejar o trabalho do ano letivo com o corpo docente;
- II - organizar o quadro de classe e remetê-lo ao órgão competente;
- III - organizar e supervisionar os trabalhos de matrícula;
- IV - designar a sala, turno e classe em que devam lecionar os professores;
- V - designar professores para substituições eventuais e outras atividades do Magistério;
- VI - distribuir as classes entre os Especialistas em Educação;
- VII - promover reuniões de pais e mestres;
- VIII - promover e supervisionar a organização das atividades extra curriculares do estabelecimento;
- IX - supervisionar o trabalho dos especialistas em educação e professores especializados;
- X - promover meios para o bom funcionamento do serviço médico-dentário, Caixa Escolar e cantina;
- XI - receber verbas destinadas ao estabelecimento e prestar contas de seu emprego;
- XII - manter atualizados os livros de escrituração escolar;
- XIII - providenciar o material didático e de consumo, orientando e controlando o seu emprego;
- XIV - convocar e presidir reuniões pedagógico-administrativas, fazendo lavrar atas dos assuntos tratados;
- XV - controlar a execução do programa de ensino, em cada semestre, conjuntamente com o Especialista em Educação;
- XVI - fazer reuniões com o pessoal administrativo para discriminar as atribuições de cada servidor e orientar os trabalhos de limpeza e conservação;
- XVII - comparecer a reuniões, quando convocada por autoridade do ensino;
- XVIII - presidir o colegiado da escola;
- XVIX - desempenhar tarefas afins.

Diante de tantas atribuições, torna-se importante planejar as ações para que nenhuma atividade possa ser esquecida e para que cada membro da equipe gestora participe ativamente.

Atribuições do Vice-Diretor

Tendo como base todos os aspectos que envolvem a função do Vice-Diretor Escolar nos dias atuais, o município de Montes Claros, em sua Lei nº 3.176 de 23 de Dezembro de 2003, em seu artigo 108 define como atribuições do Vice-Diretor:

Art. 108 - São atribuições específicas do Vice-Diretor:

- I - coadjuvar o diretor na administração do estabelecimento;
- II - responder pela direção do educandário, nas faltas e impedimentos ocasionais do Diretor;
- III - orientar a realização de atividades sociais, literárias e esportivas dos alunos;
- IV - orientar a execução das ordens emanadas do Diretor;
- V - superintender a disciplina dos alunos de conformidade com orientação superior;
- VI - zelar pela boa ordem e higiene do estabelecimento;
- VII - desempenhar tarefas afins.

Atribuições do Supervisor de Ensino

Tendo como base todos os aspectos que envolvem a função do Supervisor de Ensino nos dias atuais, o município de Montes Claros, em sua Lei nº 3.176 de 23 de Dezembro de 2003, em seus artigos 105 e 106 definem como atribuições deste cargo:

- 1- Assessorar o professor no planejamento, implementação e avaliação do currículo escolar;
- 2- Coordenar o planejamento e implementação do projeto político pedagógico na escola, tendo em vista as diretrizes definidas no plano de desenvolvimento da escola;
- 3- Participar da elaboração do plano de desenvolvimento da escola;
- 4- Delinear, com os professores, o projeto pedagógico da escola, explicitando seus componentes, de acordo com a realidade da escola;
- 5- Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar;
- 6- Assessorar os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados ao atingimento dos objetivos curriculares;

- 7- Promover o desenvolvimento curricular, redefinindo, conforme as necessidades, os métodos e materiais de ensino. Participar da elaboração do Calendário Escolar;
- 8- Assessorar os docentes de cada área no desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola, definindo suas atribuições específicas;
- 9- Identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho da escola;
- 10- Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola;
- 11- Realizar a avaliação de desempenho dos professores, identificando as necessidades individuais de treinamento e aperfeiçoamento;
- 12- Efetuar o levantamento da necessidade de treinamento e capacitação dos docentes na escola;
- 13- Manter intercâmbio com instituições educacionais e/ou pessoas, visando que participem nas atividades de capacitação da escola;
- 14- Analisar os resultados obtidos com as atividades de capacitação docente, na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;
- 15- Articular o envolvimento da família no processo educativo;
- 16- Identificar, junto com os professores, as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- 17- Orientar os professores sobre as estratégias a se utilizar para que as dificuldades identificadas sejam trabalhadas, em nível pedagógico;
- 18- Analisar com a família os resultados do aproveitamento do aluno, orientando-o, se necessário, para a obtenção de melhores resultados;
- 19- Oferecer apoio às instituições escolares discentes, estimulando a vivência da prática democrática dentro da escola;
- 20- Estimular a reflexão sobre os valores éticos, cívicos e culturais da comunidade escolar;
- 21- Atender às normas de higiene e segurança do trabalho. Executar outras atividades correlatas;

Atribuições do Professor

Tendo como base todos os aspectos que envolvem a função do Vice-Diretor Escolar nos dias atuais, o município de Montes Claros, em sua Lei nº 3.176 de 23 de Dezembro de 2003, em seus artigos 103 e 104 definem como atribuições do Professor:

- 1- Promover aprendizagens significativas que favoreçam a inclusão dos educandos no mundo da cultura, da ciência, da arte e do trabalho;
- 2- Desenvolver o trabalho considerando a pluralidade sociocultural, respeitando a diversidade dos educandos, tendo em vista o desenvolvimento de valores, atitudes, do sentido de justiça, de solidariedade e ética, essenciais, ao convívio social;
- 3- Participar das reuniões pedagógico-administrativas e de atividades relacionadas ao projeto pedagógico da escola;
- 4- Planejar, elaborar, desenvolver, avaliar e responsabilizar-se pelas atividades pedagógicas, em conjunto com os demais segmentos da escola, embasando-se nas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;

- 5- Discutir coletivamente a organização e utilização dos espaços, dos equipamentos, dos materiais pedagógicos e recursos disponíveis na escola e na comunidade;
- 6- Propor e desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas e/ou encaminhamentos, quando necessário, para os educandos que necessitem de maior atenção em relação aos aspectos específicos do desenvolvimento e da aprendizagem;
- 7- Manter diálogo frequentes com os pais dos educandos ou os seus responsáveis, informando-os sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem e obtendo deles dados que possam facilitar o processo educativo;
- 8- Elaborar, desenvolver, acompanhar e avaliar coletivamente os projetos desenvolvidos pela/na escola e seus resultados no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos;
- 9- Participar dos diversos espaços formativos que contribuam para a sua prática pedagógica;
- 10- Participar da elaboração do calendário escolar, respeitando a carga horária anual, conforme legislação vigente;
- 11- Articular a integração escola, família e comunidade, de modo a favorecer ações conjuntas;
- 12- Manter atualizados os diários de classe e demais registros que revelem o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos;
- 13- Estar atento e responsabilizar-se pelos educandos durante o período de atividades escolares;
- 14- Identificar alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a sua plena inclusão e/ou o seu encaminhamento ao serviço especializado escolar que assegure o seu desenvolvimento global;
- 15- Organizar e acompanhar os educandos na entrada e saída do período, na organização e cuidado com os seus pertences pessoais;
- 16- Cumprir o módulo II que compreende atividade extraclasse: elaboração de programas e planos de trabalho; controle a avaliação do rendimento escolar; recuperação de alunos com defasagem de aprendizagem; participação em reuniões administrativo-pedagógicas e da elaboração, implantação, implementação, avaliação e reestruturação do Projeto Pedagógico da Escola – PPE e plano de desenvolvimento da escola – PDE; participação em programas de capacitação oferecidos pelo município; participação na vida comunitária da escola e nas atividades cívicas e culturais. Atender às normas de higiene e segurança do trabalho. Executar outras atividades correlatas.

Atribuições do Auxiliar de Docência

De acordo com o Edital 1/2009, Anexo III, são atribuições do cargo de Auxiliar de Docência:

- 1- Auxiliar o professor com turmas de 0 a 3 anos e com turmas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública municipal.
- 2- Executar atividades de alimentação, higiene e segurança dos discentes.

- 3- Garantir os cuidados necessários no intervalo dos turnos e nos horários de entrada e saída dos alunos, responsabilizando-se pelas informações que garantam a integridade física e psicológica desses alunos.
- 4- Atender às normas de higiene e segurança do trabalho. Executar outras atividades correlatas.

Além das atribuições acima, o professor regente poderá solicitar ao auxiliar de docência:

- 1- Orientar e acompanhar as crianças na realização das atividades em classe;
- 2- Auxiliar as crianças na alimentação;
- 3- Acompanhar e orientar as crianças em sua higiene pessoal (banho, escovação, troca de fraldas, lavagem das mãos) e no momento de descanso/sono;
- 4- Atender a criança na entrada e saída da instituição;
- 5- Apoiar o professor regente no momento do recreio, contação de histórias, joguinhos, brincadeiras e cantigas com as crianças.

Atribuições do Auxiliar de Secretaria

De acordo com o Edital 01/2009, Anexo III, são definidas como atividades do Auxiliar de Secretaria:

- 1- Organizar e manter atualizado o serviço de escrituração escolar;
- 2- Redigir ofícios, exposições de motivos, atas, declarações, certidões de contagem de tempo e outros expedientes;
- 3- Executar trabalhos de digitação;
- 4- Manter um sistema funcional de arquivos que assegure a identificação de cada aluno e o acompanhamento de sua vida escolar;
- 5- Organizar e atualizar a documentação do pessoal em exercício na escola;
- 6- Organizar e manter o acervo de leis, decretos portarias, regulamentos, resoluções, comunicados e outros, de acordo com a legislação vigente;
- 7- Atender às solicitações de fornecimento de dados do estabelecimento;
- 8- Atender às normas de higiene e segurança do trabalho;
- 9- Executar outras atividades correlatas.

Atribuições do Cantineiro

De acordo com a Lei Municipal nº 3.348 de 19 de julho de 2004, são definidas como atividades de Cantineiro:

- 1- Selecionar os ingredientes necessários ao preparo das refeições, observando o cardápio, quantidades estabelecidas e qualidade dos gêneros alimentícios, temperando e cozinhando os alimentos, para obter o sabor adequado a cada prato e para atender ao programa alimentar da unidade;
- 2- Receber ou recolher louças, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso;
- 3- Distribuir as refeições preparadas, colocando-as em recipientes apropriados, a fim de servir aos alunos;
- 4- Receber e armazenar os produtos, observando data de validade e qualidade dos gêneros alimentícios, bem como a adequação do local reservado à estocagem, visando à perfeita qualidade da merenda;
- 5- Solicitar a reposição dos gêneros alimentícios, verificando periodicamente a posição de estoque e prevendo futuras necessidades, para suprir a demanda;
- 6- Zelar pela limpeza e higienização de cozinhas e copas, para assegurar a conservação e o bom aspecto das mesmas;
- 7- Providenciar lavagem e guarda dos utensílios, para assegurar sua posterior utilização;
- 8- Fornecer dados e informações sobre a alimentação consumida na unidade, para a elaboração de relatórios;
- 9- Atender às normas de higiene e segurança do trabalho;
- 10- Executar outras atividades correlatas.

Atribuições do Servente de Zeladoria

De acordo com a Lei Municipal nº 3.348 de 19 de julho de 2004, são definidas como atividades de Servente de Zeladoria:

- 1- Executar atividades de limpeza e conservação de locais, móveis e utensílios;
- 2- Executar serviços de copa e cozinha;
- 3- Zelar pela conservação do material utilizado;
- 4- Atender às normas de higiene e segurança do trabalho;
- 5- Executar outras atividades correlatas.

Atribuições do Vigia da Escola

De acordo com o Regimento Escolar 2006 da Secretaria Municipal de Educação, são definidas como atividades do Vigia da Escola:

- 1- Executar atividades de guarda e de portaria, na função de fiscalizar e controlar a entrada e saída de pessoas e veículos;
- 2- Executar atividades no campo de segurança interna e externa do prédio escolar;
- 3- Realizar trabalhos de guarda e manutenção da disciplina;
- 4- Atender às normas de segurança e conduta do trabalho;
- 5- Prestar informações quando solicitado.

Atribuições do Monitor de Informática

De acordo com o Edital 02/2010, Anexo III, são definidas como atividades de Monitor de Informática:

- 1- Orientar alunos e demais usuários na utilização dos equipamentos de informática;
- 2- Controlar presença, disciplina e manuseio de materiais didáticos e outros instrumentos e materiais pertinentes ao ambiente;
- 3- Contribuir nos aspectos de ensino-aprendizagem dos usuários de informática;
- 4- Manter a limpeza e organização da sala de inclusão digital;
- 5- Efetuar manutenção dos equipamentos de informática;
- 6- Ministrando cursos presenciais e outras capacitações necessárias ao âmbito de suas ações.
- 7- Elaborar planos de aula e planos para ensino a distância;
- 8- Executar atividades diversas, a cargo da Coordenação, relativas ao sistema WEB-AULA;
- 9- Preencher formulários diversos do processo de ensino-aprendizagem;
- 10- Atender às normas de higiene e segurança do trabalho;
- 11- Executar outras atividades correlatas.

2.2 Estrutura Física

No que se refere à estrutura física, o CEMEI possui 08 salas de aula, 01 brinquedoteca, 01 secretaria, 01 diretoria, 01 cantina, 01 depósito de merenda, 01 refeitório, 01 almoxarifado, 01 núcleo de estudos e planejamento pedagógico, 01 laboratório de Informática, 01 laboratório de Biologia, 02 banheiros para funcionários, 02 banheiros adaptados à educação infantil, sendo 01 masculino e 01 feminino, 01 sala de artes, um pátio sem cobertura.

Os espaços na instituição levam em conta a organização de um ambiente saudável e seguro que atendem as necessidades da criança quanto à diversidade.

Esses espaços estão organizados internos e externos que permitam as vivências corporais, a imaginação, o desenvolvimento do brincar, das demais linguagens, o contato com a natureza a vivência de práticas sociais, o autocuidado. Nesses espaços estão uma variedade de materiais disponíveis e de fácil acesso as crianças que permitem suas escolhas e instiguem sua curiosidade.

O prédio construído interno e externo usado pela instituição precisa ainda adequar as necessidades das crianças, pois os espaços externos devem constituir de elementos da natureza, podendo observá-los, experimentá-los e transformá-los. Portanto, os espaços possibilitam as crianças correrem, pularem, subirem, escorregarem, e para desenvolver jogos coletivos.

O CEMEI possui mobiliários adequados à faixa das crianças que são essenciais para o desenvolvimento e aprendizagem. Os espaços são organizados para atender as diferentes áreas do conhecimento tais como: cantinhos de leitura, cantinhos de jogos matemáticos, brinquedoteca, sala de audiovisuais.

2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica

A proposta pedagógica deste CEMEI é organizada para atender os princípios da flexibilidade, autonomia e liberdade da mesma e do processo ensinar e aprender num processo coletivo e democrático de construção, com a participação da comunidade escolar, sendo que esta proposta apresenta as diretrizes do funcionamento pedagógico e a partir daí os professores elaboram os planos de ensino para cada ano letivo.

O corpo pedagógico da escola é composto por 02 supervisores, sempre trabalhando junto à direção e o corpo docente, 16 professores, em média 315 alunos distribuídos em 02 turnos, em 08 salas de aula, com aproximadamente 20 alunos em cada uma. As turmas são formadas do Maternal I ao 2º Período da Educação Infantil.

No início do ano, todos os segmentos são convocados para a reunião administrativa para direcionar todo o trabalho durante o ano letivo, que é composto por 220 dias. As reuniões pedagógicas para planejamento das aulas acontecem quinzenalmente.

O trabalho pedagógico do CEMEI baseia-se na realidade da comunidade escolar. Além dos planejamentos, acontecem as reuniões para conselho de classe para avaliação coletiva do processo de aprendizagem da criança. Acontecem, também, reuniões de pais, trimestralmente, com o objetivo de informa-los o desenvolvimento das crianças – habilidades e competências construídas- no decorrer deste período.

A enturmação dos alunos é feita por faixa etária e ajustada de acordo com as necessidades. Os professores escolhem as turmas que irão trabalhar no final do ano anterior, tendo como primeiro critério para escolha o tempo de serviço na escola.

QUADRO I – Quantitativo de professores, alunos e auxiliares de docência do CEMEI / 2014

	PERÍODO	Nº PROFESSORES	Nº AUNOS	Nº AUXILIARES DE DOCENCIA
	MATUTINO	Maternal I Integral	01	15
Maternal II		01	20	02
1º Período		01	21	-
1º Período		01	20	01
1º Período		01	20	01
2º Período		01	20	-
2º Período		01	21	01
2º Período		01	21	
Apoio pedagógico		01	-	-
Eventual		01	-	-
VESPERTINO		PERÍODO	Nº PROFESSORES	Nº AUNOS
	Maternal I Integral	01	15	02
	Maternal II	01	20	02
	1º Período	01	20	01
	1º Período	01	20	
	1º Período	01	20	

	2º Período	01	20	
	2º Período	01	22	
	2º Período	01	20	
	Apoio pedagógico	01	-	-
	Eventual	01	-	-
	TOTAL	20	315	12

A prática educativa do CEMEI busca a articulação de experiências e saberes infantis que ofereçam situações reais de aprendizagem para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor da criança.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) é necessário que os conteúdos da Educação Infantil sejam abordados à luz das interações e brincadeiras, propiciando que a criança vivencie:

- O conhecimento de si e do mundo;
- As expressões sensoriais e expressivas;
- Os vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- As experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Os contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- As situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- As vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais;
- A curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- O relacionamento e a interação com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

- A interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais.

Assim, a instituição promove as práticas educativas ligadas às áreas de Intercomunicação e Linguagem, no que tange a alfabetização e letramento devem ser permeadas pelas interações e brincadeiras, fundadas numa concepção de ensino que se alicerça em práticas educativas comprometidas com os direitos da criança em aprender. Para isso, faz-se necessário a articulação de experiências e saberes com o conhecimento cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança.

Nessa perspectiva a concepção de ensino do CEMEI é a pedagogia de projetos com o desenvolvimento de práticas educativas através de temáticas instigadoras e desafiadoras que incentivam os profissionais da educação, alunos e pais no envolvimento e imersão da investigação, na busca pelo conhecimento a ser construído advindo não de informações estereotipadas, mas adquiridas no tempo e na atualidade, confrontadas com os conhecimentos prévios e maturidade infantil como subsídios para a construção dos novos saberes.

Para FARIAS e PALHARES (1999), uma pedagogia de educação infantil que busca garantir o direito à infância, “deve”, necessariamente, partir de nossa diversidade cultural e, portanto, da organização do espaço, deve contemplar a gama de interesses da sociedade, famílias e prioritariamente as crianças atendendo as especificidades de cada demanda possibilitando identidade cultural e sentido de pertencimento.

O Sistema Municipal de Ensino de Montes Claros, com o objetivo de potencializar a qualidade do ensino nas escolas, a partir do 2º Semestre de 2014, adotou o Sistema de Ensino Educar e Aprender, do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas – IBEP, com livros didáticos, assessoria pedagógica e portal educacional para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os livros, entregues a todos os alunos, fundamentam-se nos Parâmetros Curriculares nacionais, na perspectiva sociointeracionista, na construção do conhecimento e na Pedagogia Progressista, propondo a superação da fragmentação dos conteúdos, com atividades contextualizadas, com temas que instigam o

interesse dos alunos e com o desenvolvimento de projetos educativos, que integram as áreas e dão sentido real aos conteúdos. Além disso, oferecem materiais de apoio que enriquecem o trabalho em sala de aula, projeto gráfico adequado à faixa etária, com espaços para o registro das atividades escolares.

Assim, o supervisor, nos planejamentos com o professor, utiliza o Guia do Professor, que contém as orientações metodológicas, além de acessar o portal do IBEP, para obter as informações necessárias a um bom planejamento.

Sabemos que não possuímos um CEMEI “ideal” dentro do que é proposto na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação Infantil (2009), ainda precisamos investir em materiais pedagógicos, espaços, e condições de trabalho aos docentes. Mas estamos caminhando para isso, pois entendemos que essas ações interferem na qualidade das ações desenvolvidas.

3. CURRÍCULO

Existem vários caminhos para organizar o currículo de uma instituição de Educação Infantil, sendo estes norteados por diferentes conceitos de currículo.

Nesse sentido, currículo não refere-se apenas uma relação de conteúdos, mas também:

“questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos”. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Para pensar, organizar e discutir o currículo para o CEMEI, baseado em um modelo de gestão participativa e democrática, é preciso valorizar a realidade das crianças envolvidas no processo, reconhecendo a subjetividade de cada uma e ao mesmo tempo a coletividade, considerando as práticas e propostas desenvolvidas na escola e os currículos existentes, compartilhando o conceito de Libâneo e Oliveira:

O currículo formal, ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. [...] O currículo real é aquele que, de fato, acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É tanto o que sai das ideias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, como o que fica na percepção dos alunos. [...] O currículo oculto refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são provenientes da experiência cultural, dos valores e dos significados trazidos de seu meio social de origem e vivenciados no ambiente escolar – ou seja, das práticas e das experiências compartilhadas em sala e aula. É chamado de oculto porque não se manifesta claramente, não é prescrito, não aparece no planejamento, embora constitua importante fator de aprendizagem. (LIBÂNEO; OLIVEIRA, 2003, p.363)

A LDB 9394/96 no seu artigo 26 estabelece as diretrizes para e bases da educação nacional. No Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. De acordo com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, no seu artigo 2º:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares (BRASIL, 2009, p.18).

A partir dessas definições, conceituamos currículo na Educação infantil como um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, que completada com os saberes e conhecimentos intencionalmente selecionados e organizados sistematicamente pelos profissionais da instituição para serem vivenciados pelas crianças visando a sua formação humana integral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI (2009), em seu art. 3º, concebem currículo da Educação Infantil como:

{...} um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009,p.18).

Partindo deste pressuposto a escola deve planejar suas ações, elaborando o seu projeto político pedagógico juntamente com toda a comunidade, o que tem sido feito no CEMEI Professora Heloísa Sarmiento e que tem possibilitado atender aos anseios dos envolvidos a partir da cultura local.

Para Veiga (1997):

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 1997, p.26-27)

Dessa forma, a organização curricular da instituição está organizada por campos de experiência que responde às diretrizes legais e valoriza a prática pedagógica que tem como eixos a interação e a brincadeira.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação traz orientações sobre como organizar o trabalho didático com a criança de zero a 5 anos de idade , para o estabelecimento da rotina e, explica que:

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas. A apresentação de novos conteúdos às crianças requer sempre as mais diferentes estruturas didáticas, desde contar uma nova história, propor uma técnica diferente de desenho até situações mais elaboradas, como, por exemplo, o desenvolvimento de um projeto, que requer um planejamento cuidadoso com um encadeamento de ações que visam a desenvolver aprendizagens específicas. Estas estruturas didáticas contêm múltiplas estratégias que são organizadas em função das intenções educativas expressas no projeto educativo, constituindo-se em um instrumento para o planejamento do professor. Podem ser agrupadas em três grandes modalidades de organização do tempo. São elas: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. (BRASIL, 1998, p.54-55).

O referido referencial orienta que a proposta pedagógica e a rotina da sala de aula da escola devem ser estabelecidas juntamente com o professor. Rotina esta necessária na educação infantil, pois, a rotina é imprescindível na organização do trabalho didático para garantir ao educando segurança no espaço que este está inserido.

O planejamento do CEMEI está baseado pedagogia de projetos que busca articular as diversas atividades propostas na rotina da prática educativa como eixo condutor do trabalho. A seleção do tema busca atender o interesse da criança ou situações significativas para o grupo.

Baseada em conteúdos organizado por áreas de conhecimento a proposta pedagógica para educação infantil do CEMEI se relaciona como um espaço pedagógico e um lugar de produção de conhecimento. Conforme Barbosa e Alves:

O planejamento é ação de projetar, dar direção, traçar um plano, programar, elaborar roteiro, ordenar, sequenciar, definir prioridades, criar possibilidades de interação e experiências, para favorecer a apropriação pelas crianças de conhecimentos, afetos e atitudes, permitindo diferentes manifestações expressivas das crianças e, também, do professor (BARBOSA; ALVES, 2010, p. 4).

O currículo não é neutro, não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado. Nesse sentido, é fundamental possibilitar as crianças experiências que contribuam para que ela se signifique como sujeito numa cultura. As experiências culturais selecionadas para o currículo do CEMEI favorece o desenvolvimento da criança a partir das possibilidades de experimentar, conhecer e explorar elementos em seu entorno.

O Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, as se referir sobre a organização curricular, define que:

As instituições necessariamente precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, lingüísticas, culturais e religiosas de cada comunidade. (BRASIL, 2009, p.11)

Entende-se que todo currículo implica na produção de identidades que atenderão ou não ao arranjo social existente. Com base nisso, Goodson afirmar que:

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero. Dessa forma, uma história do currículo não deve estar focalizada apenas no currículo em si, mas também no currículo enquanto fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas representa, ele faz. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade. (GOODSON, 1998, p.10)

3.1 Organização Curricular e Atividades Pedagógicas

As instituições de educação infantil, tendo como importante papel favorecer o desenvolvimento integral das crianças, não podem privilegiar o aspecto intelectual ao concretizar o seu currículo. Para tal, faz-se necessário planejamentos abertos e flexíveis, que atendam aos interesses e anseios das crianças e que também possibilitem a apropriação e transformação dos diversos conteúdos.

Portanto, seguindo esta perspectiva, a organização dos conteúdos para a educação infantil, em todas as etapas, será feita por áreas curriculares, em um trabalho globalizado e que são entendidas como experiências educativas e situações de aprendizagem que têm como ponto de partida o meio e a realidade.

Os conteúdos são estruturados nas seguintes áreas:

- A descoberta de si mesmo (refere-se a construção da identidade, conhecimento de si mesmo bem como das suas capacidades e suas limitações e a construção da sua auto-estima e autonomia.);
- A descoberta do meio natural e social (permitirá à criança descobrir o meio natural, social e cultural ao compreender as situações, as relações, os diversos contextos da vida possibilitando assim, que a criança se aproprie do mundo onde vive e contribua para sua transformação.);

- Intercomunicação e linguagens (as linguagens são instrumentos que possibilitarão à criança relacionar-se com as pessoas, comunicar-se, expressar o pensamento, sentimentos e vivências e ainda, representar e interpretar a realidade e, se manifestarão nas seguintes formas: linguagem oral e escrita, linguagem matemática, linguagem corporal, nas brincadeiras e nas expressões artísticas como a dança, o teatro, a música, as artes plásticas e as artes visuais).

3.2 Organização dos Eixos de Trabalho – Áreas Temáticas

A organização por áreas do conhecimento permite explorar em cada uma das áreas, as competências necessárias para o desenvolvimento global da criança. Entretanto, é preciso tratar os diferentes temas de forma interdisciplinar, levando em consideração as suas inter-relações.

3.2.1 Linguagem Oral e Escrita

Instrumento básico da comunicação, a linguagem verbal se define através da reprodução das pessoas. Considerando que a partir da infância chegando inclusive à velhice, a linguagem é a máquina do pensamento, permitindo sua ativação e organização.

Para as crianças, a abordagem de trabalho da oralidade deverá ser essencialmente procedimental, em que a maior parte dos assuntos estão relacionados ao uso da língua, por meio dos quais se aprendem aspectos de comunicação e conceitos referentes à linguagem.

Através da linguagem oral é possível obter informações, aprendizados, agir e estabelecer a comunicação com as pessoas. Assim, é imprescindível apresentar e relatar situações sobre a língua escrita em circunstâncias expressivas para a maior parte das crianças (livros, revistas, cartas, poemas e outros).

3.2.2 Matemática

As tarefas no campo da matemática, considerando a idade infantil, auxilia a criança na compreensão e ordenação da realidade referente aos distintivos e as qualidades dos objetos e igualmente a compreensão das relações que se constituem entre os objetos, tais como similaridade, diferença, equivalência e outros.

Os assuntos referentes à linguagem matemática a serem apresentados para as crianças são: A apreciação das características dos objetos e das inter-relações que podem ser estabelecidas com a ordenação, classificação e comparação dos objetos, proporcionando o aprendizado de conceitos por parte das crianças.

Ao iniciar o processo de quantificação, que são: pouco, tudo, nada, nenhum e outros, têm-se início também a série numérica, possibilitando também a solução de situações-problema.

A partir disso é possível também apresentar os conceitos de espaço que podem ser lá, ali, longe, perto, aqui, e outros, além da medida do tempo como amanhã, hoje, ontem, antes, depois. Com o aprendizado do espaço as crianças principiam a identificação das formas geométricas, identificando-as no espaço.

3.2.3 Artes Visuais

Aos dois anos de idade, as crianças se interessam por atividades que admitam a reprodução plástica. Inicialmente, elas pintam e rabiscam por distração. Paulatinamente, elas percebem que podem pintar a realidade de modo que possa ser cada vez mais reconhecidos os seus desenhos. Essa transformação possibilita que os desenhos sejam cada vez mais representativos da realidade.

As habilidades basilares que se desenvolvem por meio das plásticas são: Desenvolvimento de conceitos: a verificação e a apreciação da realidade, que servem para expandir os conceitos, desenvoltura manual, pensamento e fantasia.

Quanto ao fazer Artístico, destacam-se: Exploração e manipulação de lápis e pincéis de diferentes texturas e

espessuras (broxas, carvão, carimbo, etc.), de meios como tintas, água, areia, terra, argila etc. e de variados suportes gráficos (jornais, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeiras; etc.); Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando à produção de marcas gráficas; Cuidado corporal de si próprio e o dos colegas no contato com os suportes e materiais de artes; Cuidado com os materiais, com os trabalhos e com os objetos produzidos individualmente ou em grupo. (BRASIL, 1998, p. 85)

3.2.4 Movimento

Nesta etapa, as crianças possuem necessidade grande de descobrir o espaço, de experimentar o movimento de seu corpo e de reconhecer os objetos que têm ao seu redor.

Assim, existirá um cuidado relacionado ao espaço e materiais, impedindo prováveis perigos. Serão sugeridos momentos espontâneos de jogos, brincadeiras livres e ainda ocasiões em que as professoras administrarão a atividade, como as brincadeiras e jogos de movimento que são atividades através das quais os gestos como: corridas, lançamentos, saltos, equilíbrios, chutes, incitam o desenvolvimento corporal e do movimento.

Os docentes deverão se preocupar com a edificação de um espaço sócio moral e afetivo de caráter prático, sem privilegiar a competição, sem eleger ou excluir os partícipes nas brincadeiras, não aceitando risos, chacotas e humilhações. Existirá igualmente cuidado especial em não sugerir jogos que coloquem em risco a integridade física ou psicológica dos participantes.

3.2.5 Natureza e Sociedade

É muito importante que os alunos descubram na escola desde cedo, um ambiente vivo, que proporcione conhecimentos acerca de distintos assuntos que formam o universo de conhecimentos estabelecidos pela sociedade, propiciando a formação integral. Dentre esses conhecimentos se encontram aqueles constituídos pelas Ciências Sociais e Ciências Naturais.

Analisando as implicações das pesquisas de Piaget a respeito da forma como ocorre o conhecimento e a noção de tempo para a criança, no período anterior

aos sete anos, a proeminência curricular deve incidir a respeito de temas da vida diária, entretanto, isto não significa que não possam acontecer temas da história, abordados e recortados no tempo.

Conforme essa orientação, nas classes do Infantil, será trabalhada a vida habitual e acontecimentos históricos; participação em tarefas que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e outros grupos.

Desde cedo, as crianças desenvolvem ideias a respeito do mundo natural que as cercam. Elas chegam à instituição com conhecimentos sobre o que ocorre quando deixam tombar, batem, apertam ou arremetem objetos, e, dessa forma, estabelecem ideias e perspectivas referentes à forma como os objetos são compreendidos e como se movimentam. Do mesmo modo, ampliam ideias a respeito dos demais e outros conhecimentos do mundo que as cerca através de experimentos com as plantas, animais, a água, a luz e as sombras e os brinquedos.

Dentro desta área os professores deverão proporcionar atividades para que os alunos possam: Construir uma ideia das ciências e do universo e a sua relação com vários assuntos e ainda que tenham uma atitude curiosa e investigativa frente a eles. Expandir sua opinião do que ele envolve e que alargue o número de fenômenos e fatos que a criança possa analisar, relacionar, tornando o ciência mais significativa:

Explorar diferentes objetos, suas propriedades de relações simples, de causa e efeito. Ter contato com pequenos animais e plantas; Conhecer o próprio corpo por meio do uso e da exploração de suas habilidades físicas, motoras e perceptivas. (BRASIL, 1998, p. 166)

3.2.6 Música

As crianças, quando estão na educação infantil vivenciam gestos, jogos, ritmos, por meio do contato com canções e danças.

Os teores estão constituídos em dois grupos, sendo o primeiro o que trata da improvisação, composição e interpretação que engloba: tomar parte nos jogos e brincadeiras que abarquem a dança; exploração, expressão e produção do silêncio e de sons com a voz, o corpo, o entorno, e materiais sonoros diversos; interpretação

de músicas e canções diversas; participação em brincadeiras e jogos cantados e rítmicos; organização de músicas para aumentar a memória musical; reconhecimento e utilização das alterações de rapidez e densidade na disposição e concretização de determinadas produções musicais.

E o segundo bloco está relacionado à audição e influência mútua com diferentes músicas, envolvendo o escutar obras musicais variadas e a participação em circunstâncias que integrem músicas, canções e movimentos corporais.

3.3 Metodologia Utilizada na Educação Infantil

O Sistema de Ensino de Montes Claros através da Divisão de Educação Infantil orienta que as práticas educativas devem ser permeadas pelas interações e brincadeiras, fundadas numa concepção de ensino que se alicerça em práticas educativas comprometidas com os direitos da criança em aprender. Para isso, faz-se necessário a articulação de experiências e saberes com o conhecimento cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança.

Nessa perspectiva a concepção de ensino é a pedagogia de projetos com o desenvolvimento de práticas educativas através de temáticas instigadoras e desafiadoras que incentivam os profissionais da educação, alunos e pais no envolvimento e imersão da investigação, na busca pelo conhecimento a ser construído advindo não de informações estereotipadas, mas adquiridas no tempo e na atualidade, confrontadas com os conhecimentos prévios e maturidade infantil como subsídios para a construção dos novos saberes.

Esta proposta metodológica busca valorizar a cultura e os conhecimentos que as crianças já adquiriram até o momento, como nos afirma Farias e Salles (2012),

[...] é fundamental que o(a) professor(a) parta sempre dos direitos, das necessidades e dos interesses das criança, procurando ouvi-las sempre e cada vez mais e estando atento a todas as suas formas de manifestação,

em todos os momentos do seu cotidiano, buscando conhecê-las melhor.(FARIAS; SALLES, 2012, p.37).

A instituição fez opção pela utilização de projetos de trabalhos por considerar que este caminho metodológico respeita os conhecimentos que as crianças trazem de casa e conseqüentemente possibilita a sua ampliação, quando o professor favorece a investigação, ação de grande relevância para a construção dos conhecimentos infantis.

3.4 Organização dos Tempos: Rotina

Organizar o tempo e o espaço no ambiente escolar é importante tanto para os educadores quanto para os educandos, pois evita situações de estresse causadas pela inexistência de uma rotina ou pelo não planejamento da mesma.

No espaço que a criança aprende, a rotina favorece o conhecer, explorar e conquistar, de forma que ela participe com entusiasmo e segurança das vivências escolares. No entanto, deve haver flexibilidade na estruturação dessa rotina, a fim de favorecer a construção diária do projeto político-pedagógico da instituição de educação infantil.

Para ampliar os conhecimentos que as crianças trazem de casa, a instituição proporciona atividades através de uma rotina, assim organizada:

- 1- Acolhida: As crianças são recebidas pelos profissionais (diretor, supervisor, professores, auxiliares de docência e demais funcionários). Neste momento elas cantam, fazem uma oração coletiva e comemoram os aniversariantes do dia. Logo em seguida vão para sala com os professores.
- 2- Desjejum/ lanche: As crianças são encaminhadas para o refeitório para a primeira refeição.
- 3- Acolhida na sala de aula: O professor acolhe as crianças com a sala organizada com livros, ou massa de modelar, ou jogos de encaixe, possibilitando que as crianças tenham um momento de descontração.

- 4- Roda de conversa: Momento da rotina onde o professor trabalha o calendário, a quantidade de crianças que estão presentes, que faltaram, uso do fichário do nome, e discussão sobre as atividades a serem desenvolvidas no dia.
- 5- Atividade específica de área: Vivência de uma atividade que propicie a ampliação do conhecimento de mundo, da cultura etc. Pode ser uma atividade vinculada ao projeto que está sendo estudado, ou a outro conteúdo
- 6- Atividades esportivas e brincadeiras: Acontece nas quadras, piscinas e espaços ao ar livre com profissionais da área, com a intenção de desenvolver a motricidade e socializar as crianças.
- 7- Lavar as mãos: É uma atividade que acontece, geralmente antes do lanche ou depois de uma atividade de pintura, massa, cultivo de plantas...
- 8- Almoço / jantar: Momento para trabalhar alguns hábitos convencionais às regras sociais de sentar a mesa de refeições e estimular os hábitos de uma alimentação saudável.
- 9- Escovação: Momento de orientar sobre os cuidados com a higiene bucal e pessoal.
- 10- Brinquedoteca: Espaço destinado para as brincadeiras do faz-de-conta, onde a criança encontra o cabide de fantasias, roupas e acessórios para desenvolver a sua imaginação. Este espaço tem um horário destinado para cada turma no decorrer da semana.
- 11-Arte visual, musical, cênica: Atividades com pintura, modelagem, desenho, teatro, canto.
- 12- Videoteca: Programado de acordo com o projeto desenvolvido onde as crianças têm a oportunidade de assistir a um filme, como forma de lazer e entretenimento, ou como forma de trabalhar um conteúdo.
- 13- Projeto de literatura "Montes Claros na trilha da leitura - Conte sempre uma história": Outro momento muito rico para as crianças e para a família. A criança leva o livro de literatura para casa e retorna para recontar a história para a turma com a participação da família.

Outros momentos podem ser trabalhados na rotina, sempre respeitando as condições de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, buscando sempre ampliar as suas experiências de maneira prazerosa.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Ao professor compete conduzir o processo de organização dos espaços, tempo, matérias e interação nas atividades, para que as crianças possam refletir e se expressar, se posicionando diante das situações que vivencia e ampliando seu universo de conhecimento.

De modo a proporcionar às crianças diferentes experiências de interações que lhes possibilitem construir saberes, fazer amigos, aprender a cuidar de si e a conhecer suas próprias preferências e características, possibilitando que elas participem de diversas formas de agrupamento (grupos de mesma idade e grupos de diferentes idades), formados com base em critérios estritamente pedagógicos.

A organização do tempo e espaço na instituição visa momentos diferenciados, organizados de acordo com as necessidades das crianças atendidas, que abrange suas necessidades psicológicas, biológicas, afetiva e social.

O tempo e espaço consideram as necessidades relacionadas ao objetivo da Educação Infantil de promover o desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, levamos em consideração as necessidades relacionadas ao repouso, alimentação, higiene de cada criança.

“O espaço é muito importante para a criança pequena, pois muitas, das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela” (LIMA, 2001, p.16). Deste modo, as aprendizagens que acontecem em espaços disponíveis ou acessíveis à criança são fundamentais na construção da autonomia, pois constitui-se como umas das construtoras de seu conhecimento.

O CEMEI busca ofertar espaços ricos de informação na vida das crianças, para que os objetivos propostos sejam alcançados. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em seu 4º artigo:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende,

observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura . (BRASIL, 2009,, p. 18)

Portanto, torna-se imprescindível que os espaços sejam planejados e pensados em favor do desenvolvimento de cada criança.

As Diretrizes Curriculares para a Educação infantil (2009) preconizam que a proposta pedagógica das instituições de educação infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de matérias, espaços e tempos.

O CEMEI Profa Heloisa Sarmiento oferece o ensino Infantil atendendo alunos de 02 anos a 05 anos de idade – Maternal I ao 2º Período.

Os alunos são organizados nas turmas tendo como critério a faixa etária e o equilíbrio da quantidade entre meninos e meninas numa mesma turma. A organização escolar e enturmação de alunos se dão de forma heterogênea com níveis de aprendizagem aproximados, sendo que os alunos com baixo rendimento são distribuídos igualmente em cada ano de escolaridade, a fim de possam ser considerados as individualidades e potencialidades de cada um conforme o processo de ensino/aprendizagem.

A instituição elabora e organiza as atividades internas de acordo coma rotina diária que envolve cuidados, brincadeiras e situações de aprendizagens orientadas. São atividades agrupadas em grandes modalidades de organização do tempo. São elas: atividades permanentes (que respondem as necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e de prazer para as crianças) sequência de atividades e projetos de trabalho.

Os profissionais dessa instituição planejam quinzenalmente suas ações através do planejamento coletivo, onde as atividades propostas são organizadas de acordo com o nível desenvolvimento das crianças. Além deste rico momento, são promovidos encontros para troca de experiências e estudo de temas de interesse e necessidade do grupo, palestras e debates que fazem parte da formação continuada em serviço, que já são previstas no calendário no inicio do ano letivo.

A organização dos educandos se dá pela forma de agrupamentos por período obedecendo à faixa etária: Maternal I, Maternal II 1º período, 2º período.

Considerando a organização das crianças, o CEMEI estabelece a quantidade professor/criança, conforme Parecer das DCNEI que traz as seguintes orientações:

O número de crianças por professor deve possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias. Levando em consideração as características do espaço físico e das crianças, no caso de agrupamentos com criança de mesma faixa de idade, recomenda-se a proporção de 6 a 8 crianças por professor (no caso de crianças de zero e um ano), 15 crianças por professor (no caso de criança de dois e três anos) e 20 crianças por professor (nos agrupamentos de crianças de quatro e cinco anos) (2009, p. 13).

No que se refere aos períodos de atendimento, as DCNEI determinam, em seu art. 5º, parágrafo 6º, que:

É considerada Educação Infantil em tempo parcial a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. (BRASIL, Resolução 2009, p.2)

A instituição atende 15 turmas em jornada parcial, isto é 4 horas diárias e apenas uma turma em tempo integral, sendo esta turma composta de crianças de 2 anos de idade.

É importante que o tempo seja pensando no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Portanto, o calendário escolar ordena o tempo, estabelece o início e o fim do ano letivo, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares, os feriados, as datas reservadas a avaliação, as reuniões técnico-pedagógicas e a formação profissional.

O Sistema Municipal de Educação de Montes Claros, ao qual o CEMEI está subordinado, estabelece pela Instrução Normativa 2013, que dispõe sobre o Calendário Escolar para o ano letivo de 2014, que tendo em vista a necessidade de organização e funcionamento das escolas municipais, resolve:

Art. 1º - O Calendário Escolar, respeitadas as normas legais, deve ser amplamente divulgado, e cabe ao Serviço de Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas, de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - O Calendário Escolar para o ano letivo de 2014 prevê 220 (duzentos e vinte) dias letivos para Educação Infantil (...)

Assim, a unidade de ensino reúne-se com os profissionais da escola no final do ano para reformular o calendário de acordo com as necessidades do educandário, que após é encaminhado com as devidas adaptações, será conferido e visado pelo inspetor escolar e cumprido criteriosamente no decorrer do ano subsequente.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A constituição Federal em seu artigo 206, ao explicitar sobre a gestão institucional, elege o princípio da gestão democrática nas escolas públicas. Também a LDBEN nº 9394/96 em seu artigo 1º, enfatiza sobre a necessidade das escolas promoverem a participação das famílias e da comunidade no projeto educativo, com vistas a uma educação de qualidade.

Assim, uma boa gestão está associada ao fortalecimento da ideia de democratização no processo pedagógico entendida como participação de todos nas decisões e na sua efetivação. Portanto, a Instituição de Educação Infantil deve ser um lugar onde todos devem trabalhar para a realização de um projeto coletivo, com o qual todos se comprometem e interagem, com respeito, ética e espírito de equipe.

Compreender a instituição de educação infantil dessa forma, como uma entidade viva e dinâmica, implica enxergar todas as nuances do processo, com suas relações conflitivas e contraditórias, demandando o diretor capacidade de liderança e de articulação. Mudanças no processo educacional só serão possíveis, se ocorrerem transformações nas relações sociais praticadas no CEMEI e também no sistema de ensino onde ela está inserida. Essas mudanças devem estar voltadas para a construção de uma gestão democrática e participativa em que todos sejam capazes de desenvolver novos conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como, criar novas formas de organização do trabalho.

Para a busca da autonomia da escola, é preciso que a escolha do dirigente do CEMEI, seja feita pela comunidade escolar por meio de eleição, na qual todos possam ter direito ao voto. A escolha de diretores deve se pautar por critérios de competência e capacidade técnica e humana da pessoa, para exercer tal função. Entretanto, a eleição em si, não garante um trabalho democrático, mas representa

um momento significativo, parte de um processo participativo, no qual todos firmam compromissos coletivos.

O Sistema Municipal de Ensino ainda não regulamentou a eleição para diretores para os centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs). Essa é uma questão que deve ser discutida mais amplamente, tornando-se necessária a garantia da autonomia escolar na educação infantil. As políticas públicas nesse sentido, precisam alcançar maiores avanços, buscando superar interesses individuais e de grupos isolados, além de compromissos eleitoreiros, de modo que não se perca de vista o seu compromisso maior, o bem social e a qualidade da educação.

As consequências de uma gestão imposta poderão criar tendências centralizadoras na cultura escolar e no sistema educacional do município. Torna-se fundamental entender que o trabalho na educação infantil, tal como em outros níveis de ensino, deve primar-se pela busca da autonomia da escola, sendo um dos fatores, a implantação de eleição para dirigentes nos CEMEIs. Dentro dessas possibilidades, sugere-se que os profissionais da educação infantil, pais e comunidade participem das discussões e escolhas de critérios para o processo de seleção e que estudos sejam realizados, no intuito de se encontrar as melhores alternativas, para a promoção da democratização da escola pública.

Muitas vezes, as instituições, buscando realizar um trabalho inovador, podem introduzir novos projetos, novos programas, estratégias de ensino-aprendizagem e formas diferenciadas de organizar o trabalho. Entretanto, não se pode afirmar dos verdadeiros alcances dessas experiências, se elas forem, apenas, o resultado de técnicas dos gestores. O trabalho pautado numa gestão que não desenvolve a consciência crítica dos envolvidos no processo torna-se comprometido.

A gestão escolar deve ser capaz de envolver todos os sujeitos do processo educativo, na execução da finalidade e dos objetivos propostos, num clima harmonioso e democrático. Nesse sentido, todas as ações devem ser planejadas, de modo que todos possam, ao terem conhecimento da realidade, opinar, criticar ou sugerir a respeito das definições do Projeto Político – Pedagógico (PPP) da Escola. Algumas ações devem ser compartilhadas, tanto no que se refere ao seu planejamento, quanto na sua execução e avaliação:

- festas comemorativas;
- calendário escolar e horários de funcionamento (entrada, saída, banho, almoço, reuniões de pais, etc.);
- elaboração de projetos para captação de recursos e benefícios para a instituição;
- acompanhamento de aplicação dos recursos financeiros provenientes do caixa escolar ou outra fonte;
- elaboração do PPP da instituição ou do plano de ação, avaliação do trabalho pedagógico e institucional;
- participação em colegiados ou conselhos.

Ações pautadas no autoritarismo e na imposição podem trazer consequências irreparáveis que degeneram todo o processo de construção de uma boa gestão, desestruturando totalmente um grupo de profissionais.

O espaço escolar prescinde de uma gestão que seja verdadeiramente democrática. Criar estratégias de liderança baseadas no bom senso, propor novas ações, delegar tarefas, conduzir de forma equilibrada as mais diversas situações, ouvir o coletivo da instituição, são fatores determinantes para se promover um ambiente saudável de interação efetiva de aquisição e construção de conceitos, valores e conhecimentos.

O bom gestor não pensa e não age por sua própria vontade. Quanto mais bem conduzidas as suas ações, imbuídas pelo espírito de equipe, maior garantia de um bom desempenho no trabalho e maior qualidade no processo ensino – aprendizagem. Ele necessita criar estratégias e mecanismos de participação por meio de reuniões, murais, jornais, informativos, panfletos, etc. Deve buscar valorizar as ideias e ações que foram decididas no coletivo da instituição e promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Toda a comunidade escolar e funcionários são informados das decisões pertinentes à escola, para que se alcance os objetivos esperados para a construção da escola que queremos. As decisões são tomadas de acordo com os segmentos descritos no organograma abaixo:

REGIMENTO ESCOLAR



Segundo Libâneo,

o organograma mostra as inter-relações entre os vários setores e funções de uma organização ou serviço. A estrutura organizacional de escolas se diferencia conforme a legislação dos Estados e Municípios e conforme as concepções de organização e gestão adotadas. (LIBÂNEO, 2004, p.120)

A participação de todos os envolvidos nas decisões tem favorecido a democratização das relações de poder e, por conseguinte, a melhoria na qualidade de ensino. Os órgãos externos trabalham conjuntamente com os mecanismos internos, organizados em conselhos gestores, associações etc. A instituição promove a participação, o que tem facilitado o diálogo e a tomada de decisões.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações interpessoais em qualquer espaço coletivo são permeadas de valores e crenças diversas, o que torna a convivência um grande desafio. Para proporcionar uma convivência pautada pela solidariedade e participação coletiva, a direção da instituição promove ações que levem harmonia ao grupo nas relações de trabalho. Grande parte dos funcionários demonstra interesse e responsabilidade em relação ao sistema educativo e o seu papel neste contexto. Quando ocorrem conflitos de idéias e interesses, procura-se resolver com diálogo e, se as divergências persistem, são tomadas as medidas cabíveis.

Acreditamos que a educação acontece em mão dupla, educadores e

educandos compartilhando conhecimentos, construindo habilidades e competências necessárias a convivência cidadã. A escola torna mais educativa à medida que promove a percepção das diversas dimensões da vida humana (cognitiva, afetiva e política).

6.1 Formação Continuada em Serviço

Considerando que os profissionais da educação devem possuir saberes e conhecimentos específicos para o exercício da função, além de competências que caracterizam um perfil próprio para atuação na educação de crianças, o CEMEI tem proporcionado a formação em serviço para construção de conhecimentos, habilidades e competências necessárias a tal exercício.

No CEMEI, hoje, atuam 16 professores titulares das turmas, 02 professores que exercem a função de apoio pedagógico, 02 que atuam como professor eventual, 02 professores de Educação Física, 01 de musicalização, 01 de artes cênicas, totalizando um total de 24 professores atuantes, sendo todos com formação em curso superior, 12 graduados em Pedagogia, 03 em Normal Superior, 02 em Pedagogia e Normal Superior, 01 em Biologia, 01 em Artes e 01 em Geografia. Destes, apenas 04 tem especialização em Educação Infantil, 03 em Supervisão Escolar, 04 em Psicopedagogia, 02 em Inspeção Escolar, 01 em Alfabetização e Letramento, 01 em Gestão Escolar, 01 em Docência do Ensino Superior e 01 em Biologia Geral. Este dado tem preocupado a gestão da instituição que considera relevante a formação em Educação Infantil para atuação com mais qualidade nesta modalidade de ensino.

Levando em consideração a formação continuada em serviço dos profissionais do Sistema Municipal de Educação de Montes Claros, a Lei Municipal nº 3176 de 23 de dezembro de 2003, no seu Artigo 104, define atribuições específicas do professor em exercício, dividindo o tempo de trabalho em módulos, sendo eles:

Módulo I - Regência efetiva de atividade, área de estudo ou disciplina;

Módulo II - Elaboração de programas e planos de trabalho, controle e avaliação do rendimento escolar, recuperação dos alunos, reuniões, auto-aperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação, no âmbito da escola

para aprimoramento tanto do processo ensino-aprendizagem, como da ação educacional e participação ativa na vida comunitária da escola. (Montes Claros, 2003).

O módulo II descrito na lei diz respeito às atividades que o professor deverá exercer para sua qualificação e atualização profissional, visando melhor qualidade no processo educativo.

Considerando a formação continuada em serviço um momento imprescindível para o crescimento dos professores e conseqüentemente um avanço na qualidade da educação infantil, a coordenação administrativa e pedagógica da instituição planeja, durante o ano, momentos de formação (módulo II) em horário diferenciado do horário de trabalho, onde os professores estudam, trocam ideias com os parceiros e fazem os seus planejamentos.

Além da formação oferecida pelo CEMEI o Sistema Municipal de Ensino organiza eventos, palestras e seminários que contribuem positivamente com o processo de crescimento profissional dos professores que atuam nesta primeira etapa da educação básica.

Acredita-se que é de fundamental relevância investir na formação desses profissionais, para que sejam ainda mais capazes de fazer a mediação entre a criança e o conhecimento, numa perspectiva crítica de homem, de sociedade e de educação.

7. AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi:

A avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins, em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica. (LUCKESI, 1995, p. 28).

A avaliação encontra-se presente em todos os âmbitos do processo educacional com a finalidade de nortear as decisões administrativas e pedagógicas.

Em relação ao aluno o processo avaliativo deve focalizar os aspectos que concernem ao seu desenvolvimento cognitivo, psicológico, afetivo, motor, social e as formas de comunicação, expressão e linguagem. É importante também considerar o nível de desenvolvimento de cada aluno em relação aos conteúdos trabalhados, de forma que sirva de avaliação capaz de promover uma reflexão do fazer pedagógico, em que o aluno é mediador dentro de um processo de reflexão-ação. Desse modo a avaliação norteará o processo ensino-aprendizagem nos aspectos como motivação, capacidade de atenção, procedimentos de avaliação utilizados pelo professor, ritmo de aprendizagem dos alunos.

Quando direcionado ao pedagógico o processo avaliativo deverá focalizar o contexto da aula (metodologias, organização, procedimentos didáticos, atuação do professor, relações interpessoais) individualização do ensino, condições físico-ambientais, flexibilidade curricular etc.

Não se pode esquecer a importância do contexto escolar quando o assunto é avaliar, portanto, merece atenção especial: o projeto pedagógico, o funcionamento da equipe docente e técnica, o currículo, a organização e a gestão institucional, etc.

Quando direcionado ao contexto familiar, o processo avaliativo deve enfatizar as atitudes e expectativas com relação ao aluno, a participação nas atividades propostas pela escola, o apoio propiciado ao aluno e à sua família, as condições socioeconômicas, as possibilidades e pautas educacionais e a dinâmica familiar.

A avaliação na educação infantil deverá acontecer ao longo de todo o processo de forma reflexiva, garantindo um redirecionamento da prática administrativa e pedagógica.

7.1 Avaliação do Ensino-Aprendizagem

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, dispõe, nos artigos 29 e 31 que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da

família e da comunidade”, [...] sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Nisso, coadunamos com uma concepção de avaliação qualitativa que valorize o processo de desenvolvimento da criança, e que os aspectos a serem avaliados sejam contemplados de modo equitativo. Por isso, não está proposto nenhuma forma de privilégio do aspecto cognitivo em detrimento dos demais, muito menos o objetivo de promover a criança para o ensino fundamental, tendo como pré-requisito o alcance de determinadas habilidades e/ou competências construídas por ela.

Por isso, o instrumento que melhor avalia a criança de modo qualitativo, descritivo e que evidencia a sua trajetória de aprendizagem, é o portfólio, que em 2013 a Divisão de Educação Infantil elaborou as orientações norteadoras para as práticas avaliativas nas instituições de ensino.

A Divisão de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino orienta as instituições de ensino quanto aos procedimentos avaliativos conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), no artigo 10.

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V - a não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 1998)

E ainda, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) propõe que a avaliação seja formativa e tenha o objetivo, como instrumento diagnóstico, de orientar a prática educativa com as crianças. Ou seja,

trata-se de uma avaliação do contexto educativo e não uma avaliação individual e excludente da criança. Nesse sentido, afirma-se que “não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas” (BRASIL, 1998, v. 2, p. 65-66).

No que tange ao inciso IV, do artigo 10, “documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil”, a Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Educação Infantil, orienta a utilização do portfólio que descreve qualitativamente a aprendizagem construída pela criança no seu cotidiano a ser apresentado aos pais no início de cada semestre e entregue ao final do ano letivo. Assim como, a utilização de uma ficha de acompanhamento da aprendizagem da criança, de modo a evidenciar, por trimestre, as habilidades construídas pela criança e deverá ser entregue ao final de cada trimestre.

Assim também, os *Indicadores de Qualidade na Educação Infantil* (2009), são um importante instrumento para que as instituições possam se auto avaliar de forma colegiada, com a participação dos profissionais, das crianças e das famílias. Nesse documento, produzido pelo MEC/SEB, estão relacionadas sete dimensões – planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; operação e troca com as famílias; e participação na rede de proteção social – a partir das quais são apresentados alguns indicadores para que a instituição identifique como se encontra com relação ao alcance das dimensões de qualidade anteriormente referidas.

Desse modo, os Indicadores de Qualidade devem ser aplicados anualmente, pois, oferecem subsídios para avaliar as condições de oferta da qualidade do ensino, redirecionar as práticas pedagógicas e tomar decisões em âmbito administrativo e financeiro. Assim também, a proposta de transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, que deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) reafirmam, no Artigo 10, a perspectiva apresentada no RCNEI. Ou seja, orienta que a avaliação seja processual, diagnóstica e formativa, servindo de base para o planejamento das práticas educativas na primeira etapa da Educação Básica.

Portanto, toda prática avaliativa que classifica, compara, rotula, aprova ou reprova e estigmatiza a criança, não se constitui em um meio de tomada de decisão para melhor alcançar os objetivos educacionais pretendidos no trabalho pedagógico com as crianças pequenas, além de ser contrária à concepção de avaliação pela coordenação de Educação infantil que se pauta numa dimensão formativa, dialógica e processual.

7.2 Avaliação Instituição/ Profissional

A escola possui um instrumento avaliativo próprio conforme o seu Regimento Interno para avaliação interna dos funcionários, ciente de que existem outros instrumentos externos possíveis de serem utilizados, como por exemplo, aqueles que atendem aos funcionários que estão em estágio probatório ou mesmo para fins aquisitivos lucrativos (biênio) fornecidos e solicitados pela Secretaria Municipal de Educação para o servidor efetivo. Dessa forma, a Lei Nº 3175, de 23 de dezembro de 2003 dispõe do estágio probatório:

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade será objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: I – assiduidade e pontualidade; II – disciplina; III – capacidade de iniciativa; IV – produtividade; V – responsabilidade; VI – respeito e compromisso para com a instituição; VII – aptidão funcional; VIII – relações humanas no trabalho. § 1º - Doze meses antes de findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser o regulamento, será submetida à homologação da autoridade competente, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores enumerados nos incisos deste artigo. (MONTES CLAROS, 2003, art. 14, p.3)

A administração municipal instalou no ano de 2014 a avaliação de desempenho dos servidores municipais. Através do sistema on-line no portal da secretaria de educação. Na avaliação de desempenho são considerados, dentre

outros, os seguintes fatores: assiduidade/pontualidade; disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade; eficiência; responsabilidade; respeito e compromisso para com a Prefeitura; aptidão funcional; relações humanas no trabalho. Gestor escolar e coordenação pedagógica são responsáveis pela execução da avaliação de todos os funcionários da escola. A avaliação que se destina no final do ano tem fim de prêmio por produtividade. Segundo Chiavenato, (1999, p.189) "a Avaliação de Desempenho é uma apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa, em função das atividades que ela desempenha, das metas e resultados a serem alcançados e do seu potencial de desenvolvimento".

Assim, a avaliação institucional tem uma amplitude maior porque busca compreender como se dá as relações e a estrutura que a compõe: Sobrinho (2000) explica então:

A avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos descolados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico (SOBRINHO, 2000, p.61).

Nesse sentido, a avaliação institucional permite para que se possa fazer uma análise mais profunda sobre o trabalho da escola, as metas a serem cumpridas, o planejamento das ações para a superação de desafios. Isso permite que todos os envolvidos no processo: professores, gestores, funcionários, alunos e comunidade escolar tenham o reconhecimento da importância de sua permanente construção.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CEMEI Professora Heloísa Sarmiento busca proporcionar um espaço democrático a comunidade escolar, que é estimulada a participar das decisões tomadas pela escola, procurando atender aos anseios de todos por uma educação de qualidade e de direito.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem sido uma referência para o desenvolvimento do trabalho, pois nele estão apontadas ações que foram construídas no caminhar da comunidade escolar. Este documento tem norteado a

prática administrativa e pedagógica com objetivos e ações explícitas para a compreensão e construção da escola que temos e queremos.

Conclui-se que a construção do PPP deverá ser sempre dinâmica, exigindo esforço e comprometimento coletivo, não se resumindo a elaboração de um documento escrito por um grupo de pessoas para que se cumpra uma formalidade. Não deve apenas cumprir uma exigência de ordem administrativa e sim, uma reflexão conjunta do trabalho realizado. Através destas reflexões a escola tem revisto e avaliado as suas possibilidades e fragilidades. Este documento deverá estar sempre em construção, revendo a todo momento um novo modo de ver e fazer a Escola

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. G.; ALVES, N. N. L. **Planejamento na educação infantil: uma perspectiva sócio-histórico-dialética**. Goiânia, 2010. (no prelo), p.04.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Lei nº 9394/94, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília DF, 16 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998,p 54-55.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 20/2009 de 11 de novembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Nov. 2009.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 5 /2009, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Dez. 2009,p18 .

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros de qualidade da Educação Infantil**, Brasília/ DF, 2009, p.18

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p 189.

FARIA, Ana Lucia Goulart de; PALHARES, Marian Silveira (orgs) . **Educação Infantil Pós LDB: Rumos e desafios**. Campinas: Cortez, 1999.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de; SALLES, Fátima. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Ática, 2012, p.37.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994, p.579.

GADOTTI, MOACIR; ROMÃO,J.E.(org). **Autonomia da escola: princípios e**

propostas; 3ª ed.; São Paulo: Cortez, 2000.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª Ed., 1998. p.10.

HOMBURG, Nice; Silva, Rúbia da. **Teorias sobre currículo**: Uma análise para compreensão e mudança. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol. 3. Nº 10. Jan-jun/2007, p.01.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5ª ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004, p.120.

LIBÂNIO, José C.; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003, p. 363.

LIMA, Elvira de Souza. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: Sobradinho, 2001,p.16

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995, p.28.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A. **Introdução à administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000, p.26.

MONTES CLAROS. Secretaria Municipal de Educação. Lei nº 3175 / 2003. **Estatuto do servidor Público do Município de Montes Claros**, 2003.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento Escolar das Unidades Municipais de Ensino**. Montes Claros, 2006.

_____. Edital 01/2009 - **Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal da Educação do Município de Montes Claros/Mg**. Montes Claros, 2009.

_____.Edital 2/2010 - **Concurso Público Para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração do Município de Montes Claros/Mg**. Montes Claros: PMC, 2010.

_____. Prefeitura de Montes Claros. Lei nº 3176 / 2003. **Estatuto Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério de Montes Claros**. Montes Claros: PMC, 2003.

_____. Prefeitura de Montes Claros. Lei Nº 3.672 de 01 de novembro de 2003. Dispõe sobre a **Gestão democrática do ensino Público Municipal de Montes Claros**. Procuradoria Jurídica/ Montes Claros: PMC, 2006.

_____. Prefeitura de Montes Claros. Lei Nº 3.348 de 19 de julho de 2004. Dispõe sobre o **Quadro de Pessoal Administrativo do Ensino Público Municipal de Montes Claros**. Montes Claros: PMC, 2004.

_____. Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer. **Referencial para Dinamização, Avaliação e Construção do Projeto Político-Pedagógico das Instituições da Educação Infantil**. Montes Claros: SMEEL, 2008.

_____. Instrução normativa/ 2013 que dispõe sobre o **Calendário Escolar para a Educação Básica**, no ano letivo de 2014. Montes Claros: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

SOBRINHO, José Dias (Orgs.). **Avaliação Institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 2000, p.61.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 26-27.